ROBERTO MANGABEIRA UNGER

Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil

1ªEdição
2018

Autonomia Literária

Pontos De Partida

Vitalidade, esperança e grandeza

Para construir-se, o Brasil tem de entender-se. As ideias por si sós não mudam o mundo. Sem ideias, porém, não podemos mudá-lo. As que mais importam são aquelas que ligam o entendimento do existente à imaginação do possível – do possível adjacente, aquele que podemos alcançar a partir da situação em que nos encontramos, com os meios que já temos ou que podemos providenciar.

As ideias dominantes no país não fazem justiça ao Brasil. Mistificam mais do que revelam. Racionalizam em vez de explicar. Não aprofundam o entendimento do existente porque não avançam na imaginação do possível. Uma das razões pelas quais não compreendemos o Brasil e não imaginamos o que ele pode vir a ser é que a desorientação vem de onde nos habituamos a buscar luz. As ideias a respeito da sociedade e da história que prevalecem nos países que nos servem de referência – os países ricos do Atlântico Norte – mistificam o entendimento do existente ao suprimir a imaginação do possível. São deficientes na qualidade mais importante do pensamento social e histórico, que é a compreensão de como se fazem e se reconstroem as estruturas institucionais e ideológicas que dão rumo às sociedades.Vivemos, em todo o mundo, interlúdio reacionário durante longo período revolucionário na história da humanidade. Em vez de cumprir seu papel de antidestino, que associa a vontade de entender à ambição de transformar, o pensamento hegemônico toma o lado da fatalidade. Naturaliza os constrangimentos.

No Brasil é pior, porque estamos vergados sob o jugo do colonialismo mental. Nossas ideias, como nossas instituições, em geral, não são nossas, são importadas. Importamos as correntes com que nos manietamos,

as ilusões que emprestam às estruturas estabelecidas no país a auréola de autoridade e necessidade que não merecem. Importamos desorientação.

Neste livro, não reajo contra esse estado de coisas no plano abstrato da filosofia e da teoria social. Lido com as realidades e com as oportunidades do Brasil. Essas realidades e oportunidades servem, aqui, para provocar rebeldia intelectual e animar a resistência ao colonialismo mental.

O Brasil provoca porque seu traço mais importante é a vitalidade: desmedida, assombrosa, anárquica e quase cega. Entre as marcas da vida, estão a espontaneidade, a surpresa e a transcendência: a ultrapassagem das determinações estruturais.

Quero pensar o Brasil da maneira como penso tudo, mas nem sempre posso: sistematicamente. Escreveu Friedrich Schlegel que há duas coisas fatais para o espírito: ter sistema e não ter. Neste livro, o impulso sistemático resulta de meu temperamento intelectual. A complicação antissistemática vem de meu tema, o Brasil. O Brasil mói os sistemas não só porque nele o sincretismo parece ser sempre ao mesmo tempo problema e solução, mas também porque ele transborda de vida.

A vitalidade não é apenas fato; é também base para a definição de um ideal e de um entendimento de nossos interesses mais básicos, duradouros e compartilhados. A valorização da vitalidade está ligada ao que há de mais forte no movimento revolucionário dos últimos duzentos e cinquenta anos anos, seja em seu aspecto político – representado pela democracia, pelo liberalismo e pelo socialismo –, seja em sua feição pessoal – expressada pelo romantismo, sobretudo pela cultura romântica popular que continua a sacudir todas as nações. É a aposta na grandeza dos homens e das mulheres comuns e na elevação de suas vidas a nível mais alto de intensidade, capacitação e abrangência. Não busca apenas, como pretenderam os desencantados do período histórico recente, a humanização da sociedade pela diminuição das desigualdades e das opressões. Visa a ampliação de nossa quota nos atributos divinos: não a onipotência e a onisciência, mas a transcendência: ser maiores e ter mais alcance e potencial do que o que se contém nos mundos sociais e conceituais em que vivemos.

Este livro representa esforço para compreender o que o Brasil é à luz da visão do que ele pode vir a ser. Apresenta proposta de futuro nacional formado por interpretação do presente nacional e interpretação do presente

inspirada por imaginação de um futuro possível. O futuro que me interessa aqui não é aquele remoto e ideal; é o possível adjacente – caminho definido ao mesmo tempo pela escolha da direção e pela identificação de primeiros passos para trilhá-lo.

Reduzido ao que nele é central, o eixo desta proposta é dar braços, asas e olhos à vitalidade brasileira por meio de três grandes projetos entrelaçados: a qualificação e democratização do aparato produtivo do país rumo a uma forma inclusiva da economia do conhecimento, a construção de maneira de ensinar e de aprender no Brasil que aproveite nossos pendores em vez de guerrear contra eles e a construção de uma democracia de alta energia que dispense as crises como condição de mudança.

A transformação que proponho tem de ocorrer tanto no plano das instituições econômicas e políticas e das práticas de educação como no campo dos sentimentos e das ideias. O pensamento que desenvolvo é estrutural: versa a organização e a reorganização do Brasil. Passa pela formulação de estratégia nacional de desenvolvimento específica para a situação em que nos encontramos no momento em que se publica este livro.

As estruturas de que trato, porém, não são apenas institucionais. São também as ideológicas ou imaginativas: as que têm a ver com conceitos, atitudes e aspirações. E o entendimento do Brasil que procuro não é somente a compreensão da maneira pela qual o país se organiza e se pode e se deve reorganizar. É também a interpretação de um sonho: o sonho ou os sonhos brasileiros e os temores, ocultos ou revelados, que acometem os que sonham.

A vitalidade brasileira e os obstáculos para torná-la fecunda

A mensagem básica deste livro é simples e radical. O Brasil precisa de outra estratégia nacional de desenvolvimento. Essa estratégia exige a reconstrução de nossas instituições econômicas e políticas e de nosso ensino. É o requisito básico para permitir aos brasileiros transformar vitalidade em ação fecunda.

Hoje, a vitalidade brasileira se exprime, entre outras maneiras, nas ações e nas emoções de multidão de emergentes – alguns formando a segunda e mestiça classe média; outros ainda pobres – e no desejo da maioria popular

de segui-los. Em meados do século 20, a revolução brasileira estava em o Estado ajudar a construir minoria trabalhadora organizada, sediada na indústria, para mudar o Brasil. Agora está em liderar as inovações institucionais que permitiriam a maioria seguir o exemplo da vanguarda de emergentes.

Para isso, não basta democratizar a economia brasileira do lado da demanda por meio da popularização do consumo e do aumento da renda popular. É preciso democratizá-la do lado da oferta.

Entre democratizar do lado da demanda e democratizar do lado da oferta, há grande diferença. O primeiro se pode fazer redirecionando recursos. Para conseguir o segundo, é preciso mudar instituições e consciências. E a democratização do mercado só prossegue por meio de aprofundamento da democracia, visando a construção da democracia de alta energia que não necessita de crise para tornar a mudança possível. A democratização do mercado e o aprofundamento da democracia têm como contrapartida a capacitação dos brasileiros, sobretudo pela transformação da maneira de aprender e de ensinar. Só assim daremos asas, braços e olhos à vitalidade brasileira.

Toda nossa política e as correntes de pensamento dominantes no mundo e no Brasil conspiram contra as inovações necessárias. Base social para elas existe: a oportunidade para desdobrar a convergência de interesses do trabalho e da produção que se contraponha aos rentismos e corporativismos que continuam a sugar o Brasil. E que não se deixe esgotar na popularização do acesso a bens de consumo em massa.

Os obstáculos mais importantes são a insuficiência dos agentes políticos e partidários disponíveis, a falta das ideias necessárias e a predominância de emoções e atitudes que continuam a barrar nosso melhor caminho. Os textos aqui reunidos tratam principalmente das ideias que faltam. Para desenvolvê-las, temos de enfrentar e vencer o colonialismo mental.

Comparação com os Estados Unidos

A comparação com os Estados Unidos elucida a tarefa. Não há país mais parecido com o Brasil. Os dois, de tamanho quase igual, foram fundados na mesma base de povoamento europeu e escravidão africana. São pluralistas e religiosos. Contêm mundos dentro de si. São os mais desiguais de seus respectivos tipos: o Estados Unidos, o mais desigual dos mais ricos; o

Brasil, o mais desigual das economias continentais emergentes. Em meio a tremendas opressões e exclusões e a divisões de classe que anulam aspirações de ascensão social, a maior parte dos brasileiros e dos americanos parece ainda crer que tudo é possível.

Entre as muitas diferenças entre esses dois países, há uma especialmente importante para a doutrina deste livro. Os americanos costumam deixar-se seduzir pela idolatria de suas instituições. Ao longo da história americana, entregaram-se frequentemente à pretensão de haver os Estados Unidos descoberto, no ato de sua fundação, a fórmula institucional definitiva de uma sociedade livre. Essa fórmula tem de ser apenas ajustada, de tempos a tempos, sob a pressão das crises. Ao resto da humanidade, cabe aproximar-se, como puder, da fórmula salvadora, para não continuar afundada no despotismo e na pobreza. No culto da constituição, a idolatria institucional chega ao auge. Repete-se também, contudo, no trato das instituições econômicas. Com imenso dano para a sociedade americana, eximem-se as instituições de ficar sujeitas ao experimentalismo tão forte na cultura e na prática da nação.

No Brasil, sofremos inveteradamente de pecado inverso, igualmente grave. Nossas instituições não são nossas. São quase todas copiadas. Tal como roupa emprestada, nos caem mal: não nos permitem dar instrumentos à energia desmedida dos brasileiros. Nossa cultura popular é marcada pela afirmação vigorosa de uma identidade brasileira. Nossas elites do poder, do dinheiro e do conhecimento, porém, não acreditam em nossa originalidade coletiva – ou na delas.

O partido da mensagem e o partido da onda: dois descaminhos

Dois partidos de opinião predominaram na história brasileira: o partido da onda e o partido da mensagem. O partido da onda quase sempre governou o Brasil. Sua proposta foi sempre surfar na onda: a correlação de forças no mundo da época aceitando o nicho que nossa situação e nossas vantagens comparativas estabelecidas nos reservavam.

O partido da mensagem foi o partido dos intransigentes – liberais ou socialistas. Raramente governou o país. Inconformava-se com o atraso duradouro. Queria fazer do Brasil país semelhante aos países que admirava.

E via na importação das instituições e das práticas deles a melhor maneira de nos tornarmos mais parecidos com eles. A tragédia do partido da mensagem foi, paradoxalmente, não ter mensagem: cópia não é mensagem.

O partido da mensagem sonhou grande, porém, sem imaginação ou clarividência. O partido da onda sempre pensou pequeno: compraz-se em confundir conformismo com realismo e rejeita, como romântica e perigosa, a ideia da grandeza. O Brasil, argumento neste livro, tem de pôr fim a ambos estes partidos.

O pensamento pode funcionar como antídoto à rendição. Entre nós, em geral, não funciona: as ideias dominantes na alta cultura brasileira – sejam as neomarxistas ou as que imitam a prática americana das ciências sociais – tratam como voluntarismo ilusório e perigoso as tentativas de inovar nas instituições brasileiras que não sejam meras imitações de um dos países que nos acostumamos a tomar por referências. É marca do colonialismo mental contra o qual me insurjo nestes textos. Brasil maior, povoado de gente maior, é Brasil que se livrou do colonialismo mental.

O colonialismo mental:
natureza, consequências e superação

Aponto para um futuro em que o Brasil se livre do colonialismo mental. Sabemos que colonialismo mental não é destino: seu peso, embora nunca anulado, variou muito em diferentes épocas de nossa história e departamentos diversos de nossa vida nacional.

Colonialismo mental é a disposição de interpretar nossa experiência e nossos futuros possíveis pelos olhos de ideias trazidas de outros países – os países de referência. Traço decisivo do colonialismo mental é a ruptura entre a experiência coletiva e sua representação ou explicação. A experiência é vivida. A representação e a explicação são importadas.

A alternativa ao colonialismo mental não é a dependência de ideias meramente locais como se não houvesse ou devesse existir pensamento universal, poderoso e indispensável na interpretação de realidades locais. É que as ideias que fundam e orientam a interpretação da experiência nacional, importadas dos países de referência, apresentam-se como tudo ou nada, um instrumento que podemos usar, mas nunca reconstruir à luz do que nossa experiência nos revelou. Com isso, quebra-se a relação recíproca

entre experiência e reflexão. No máximo, troca-se um prisma emprestado por outro. Não se desenvolvem e se reconstroem as ideias a respeito da sociedade e de seus futuros possíveis.

O resultado da ruptura entre experiência e reflexão é a obscuridade do país a si mesmo. Dessa obscuridade, resultam inibição e apequenamento. Na medida em que o país ou seus quadros dirigentes se rendem ao colonialismo mental, deixam de estar na posse de si mesmos.

O colonialismo mental é um dos muitos males a que está sujeita sociedade muito desigual que ocupa e aceita posição periférica no mundo, inclusive e sobretudo no mundo das ideias. O mal toma muitas formas. É fácil deixar de reconhecer que são aspectos do mesmo fenômeno.

Um desses aspectos é a falta de relação íntima entre a alta cultura a respeito da sociedade e de suas instituições, expressa em abstrações e doutrinas, e a cultura popular. É como se a alta cultura fosse o ideário de uma elite de conquista, vinda de outra parte do mundo – horda nômade, que invadiu e dominou o país. Só que o que veio de outra parte do mundo – dos países de referência – são as ideias, não as pessoas. Estas se conduzem no plano das ideias e para fora – nas suas relações com os países de referência – como conquistados, não conquistadores.

A consequência é negar à alta cultura a inspiração que o vínculo com a cultura popular lhe daria. E negar à cultura popular o acesso às abstrações que lhe permitiram entender-se e criticar-se. Não é apenas na história da arte e da religião – as duas áreas em que foi mais estudado – que se dá esse distanciamento recíproco entre a alta cultura e cultura popular; é também em tudo que tem a ver com política e economia.

As ideias a respeito da estrutura da sociedade, de sua possível transformação e dos imperativos e alternativas institucionais são fixadas, sob o reino do colonialismo mental, por correntes de pensamento dominantes nos países orientadores. A cultura popular fica desligada de qualquer ideário ou projeto voltado para a reconstrução da sociedade e de suas instituições. E na medida em que se torna objeto das preocupações da alta cultura, sobretudo da cultura academia, vira folclore.

No olhar da cultura acadêmica para a cultura popular e para a maneira de ser e de sentir na sociedade brasileira campeia certo determinismo culturalista, ora triste e cético, ora eufórico e festivo, a respeito das supostas

particularidades da cultura brasileira. Esse culturalismo mobiliza as concepções e os métodos da única disciplina sempre a postos para tal operação intelectual: a antropologia.

A despeito da aparência de uma contradição de fundo e de método entre o culturalismo e as ciências sociais positivas, aquele e estas convivem pacificamente numa espécie de sociedade em comandita em que estas são sócias ostensivas e aquele é sócio oculto do colonialismo mental. A base dessa sociedade é o desinteresse compartilhado pelas sócias ostensivas e pelo sócio oculto em qualquer questionamento da estrutura institucional do país e qualquer visão de sua progressiva transformação em outra ordem nacional.

Disso resulta mais um traço revelador do colonialismo mental: o contraste que ele costuma estabelecer entre a originalidade coletiva que ele permite em tudo que tenha a ver com os ritos e as rotinas das relações entre pessoas e a vedação de originalidade coletiva na construção e no entendimento das estruturas e das instituições. No entendimento tanto quanto na construção a respeito das instituições e estruturas, ter ideias contrárias às ideias dominantes nos países de referência seria o primeiro passo para reconstruí-las.

No império do colonialismo mental, todos podem cantar desde que cantem acorrentados. A liga mais forte nas correntes é a menos tangível: as ideias que negam ou desmerecem quaisquer alternativas e nos mandam aguardar nossa vez num caminho estreito que outras nações já trilharam. O colonialismo mental é expressão de desesperança e apologia de submissão.

Para superar o colonialismo mental, é importante compreender suas causas. A crítica a ele costuma oscilar entre dois equívocos perniciosos: o fatalismo e o moralismo. O fatalismo o atribui às origens do Brasil e à fraqueza de afirmação nacional que resultou da formação do país. O moralismo o vê como falta de convicção e coragem na defesa da causa nacional: regime de Vichy permanente. O fatalismo e o moralismo têm em comum sua esterilidade programática: não apontam caminhos para a superação do colonialismo mental. Não seriam tão perigosos se não contivessem, cada um deles, elemento distorcido ou incompleto de verdade.

Nenhuma das duas abordagens consegue explicar o curso do colonialismo mental no Brasil. A tese moralista não explica sua persistência: o

colonialismo mental assombra a história do Brasil. A tese fatalista não explica sua variabilidade: houve épocas em que sua influência aumentou ou diminuiu. No momento da publicação deste livro, o colonialismo mental se encontra em hora de fastígio. Há, porém, indícios de rebelião.

Proponho três explicações. A primeira diz respeito a características de nossa experiência nacional que nos deixaram desde cedo vulneráveis ao colonialismo mental: vulneráveis, porém, não condenados. As outras duas explicações tratam dos fatores que aumentaram ou diminuíram o colonialismo mental em diferentes períodos de nossa história. Servem de orientação para nos livrar dele.

A explicação de nossa vulnerabilidade está ligada a traços conhecidos de nossa trajetória nacional. Três destes traços merecem relevo. O primeiro é a primazia da produção primária e predatória. Quanto menos complexa a produção, e menos assistida pela inteligência, menos exige o desenvolvimento de formas superiores de cooperação. O sonho da riqueza fácil, graças à prodigalidade e aos tesouros da natureza, substituiu a construção penosa do capital social. E a escravatura e seu legado facilitaram o aviltamento radical do trabalho: nada foi, ou continua a ser, tão barato no Brasil quanto a força de trabalho de um negro. Enfraqueceu a coesão nacional. Orientou o Brasil para ser um acampamento em vez de ser uma nação – acampamento de saqueadores e de suas vítimas.

O segundo é a escassez de rupturas de força e de guerras na construção do Brasil. Foi na guerra e nos sacrifícios que ela impõe que nações antigas ou modernas afirmaram sua personalidade e aprenderam a pagar o custo da independência.

O último traço é a força de um conjunto de interpretações do Brasil que a cada hora ameaça tornar-se uma profecia que se cumpre por si mesma. É o Brasil da cooptação, da entrega, da cordialidade, do sincretismo, dos meios-termos, do lusco-fusco, dos panos quentes. Essa interpretação encontra guarida na tenacidade na sociedade tradicional brasileira de uma fórmula de interação entre as pessoas que chamarei de sentimentalização das trocas desiguais. É violenta e até absurda na redução da variedade de sensibilidades e atitudes vividas no Brasil.

Não se reconcilia com a representação de si mesma que fazem as classes sociais que jogaram, ou jogam, um papel central no país como a classe

média tradicional ou os emergentes de hoje ou como correntes na política e na religião, como os intransigentes de direita e de esquerda e os evangélicos, ou regiões inteiras do país, como o sertão nordestino, o Brasil Central, o Rio Grande do Sul e o Acre. Na medida, contudo, em que faz parte da leitura oficial do Brasil pelos que se propõem a interpretá-lo, ganha vida própria. E, ao ganhar vida própria, naturaliza a ideia de um país que não afirma sua identidade e seu caminho em contraste com outros caminhos e com outras identidades no mundo. A diluição das fronteiras, de todos os tipos, na organização da experiência coletiva vira o primeiro passo para a rendição ao colonialismo mental.

Falta explicar a variabilidade do colonialismo mental. A primeira explicação de sua inconstância diz respeito à presença ou à ausência de projetos de desenvolvimento nacional. A influência do colonialismo mental não impediu que tenhamos vivido períodos em que os quadros dirigentes, instruídos por ideias programáticas, pretenderam desenvolver o país por meios que desafiaram o colonialismo mental. Foi o que aconteceu, ainda na época da independência e da regência, sob a influência de José Bonifácio e de seus aliados, nos planos de desenvolvimento que acompanharam os primeiros governos da República e no desenvolvimentismo dos anos 1950 e do início da década seguinte. E é o que pode acontecer de novo se abraçarmos a tarefa de reorganizar o desenvolvimento do Brasil com base na qualificação e na democratização das oportunidades produtivas e educacionais, não apenas na massificação do consumo, financiada pela produção e exportação de *commodities*.

A segunda explicação da variabilidade da influência do colonialismo mental tem a ver com a base intelectual e acadêmica da resistência à mentalidade da rendição. Os momentos de construção dessa base nem sempre coincidiram com períodos de afirmação de estratégia nacional de desenvolvimento. Foi o que ocorreu, por exemplo, na década de 20, quando se fundaram as primeiras universidades brasileiras e se deu ao modernismo literário e artístico sentido de afirmação nacional, num período em o governo central renunciava a qualquer estratégia rebelde de desenvolvimento nacional. Bastaram, porém, a agitação no plano das ideias e o início da construção tardia de universidades para que os inimigos do colonialismo mental se animassem.

A resistência só não foi mais longe pela fragilidade do ensino básico. Afundado no enciclopedismo e no dogmatismo, negou aos jovens os instrumentos para divergir, de forma consequente, das correntes de pensamento que prevaleciam nos países de que nos acostumamos a importar nossas noções das possibilidades da história. E obrigou a divergência a ser aventura individual, triunfo da inconformidade e da ambição intelectual do autodidata.

O colonialismo mental não é apenas ônus, é também tragédia. Seu sentido trágico se revela na experiência do indivíduo quando a rebeldia solitária no plano das ideias não se viabiliza e não basta.

Durante muitos anos, assisti em Harvard e no MIT à repetição de um desastre existencial, cheia de significado para o Brasil. Um estudante brasileiro de classe média, com talento e ambição, era admitido ao doutorado em economia. Chegava com a intenção de escrever uma tese que se opusesse ao pensamento econômico dominante e ajudasse a apontar outro rumo para a teoria econômica – rumo que oferecesse alternativa ao que a economia tinha virado na mão dos teóricos marginalistas do final do século 19. Na cabeça desse jovem, a oposição intelectual a essas ideias estava associada à busca de outro caminho para o Brasil e para as economias contemporâneas.

Os professores eram céticos, mas não se opunham. Apenas não podiam ajudar. Como ajudar se eles mesmos eram reféns da tradição intelectual que o jovem brasileiro se propunha a combater? Toda vez acontecia o mesmo: o jovem não conseguia executar seu plano. Nada na sua formação o havia preparado para a tarefa da reconstrução de ideias. Não tinha sequer o domínio das diferentes correntes históricas do pensamento econômico, muito menos o preparo em filosofia, teoria social e história que o habilitasse para a obra a que se propunha. Seu êxito em provas que mediam conhecimento estreito e convencional e facilidade com a matemática rudimentar venerada pelos economistas significava quase nada no campo de ação em que pretendia se mover.

Esse jovem acabaria por renunciar a seu projeto inicial. Escreveria tese que representaria o oposto de seu plano: a aplicação do instrumental analítico predominante a algum aspecto da realidade brasileira da época, por exemplo, a hiperinflação. Não havia inovação nem mesmo dentro dos

limites dos métodos e das ideias hegemônicas na disciplina. De pretenso rebelde intelectual, o jovem passava, a contragosto, a funcionário obediente.

Vivia experiência de malogro que, mais do que meramente intelectual, tocava no fundo de sua concepção. Jean-Jacques Rousseau escreveu em *Émile*: "Não puderam ser homens. Então decidiram ser ricos." Já que não poderiam tornar-se os pensadores que haviam querido ser, pelo menos não continuariam a ser apenas os talentosos de classe média num país em que ser de classe média é ser dependente e precário. Do Banco Central ou do Tesouro, em que ingressariam certificados pelos diplomas estrangeiros, passariam para a banca privada. Sussurravam para si mesmos, como Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, a caminho de sua consagração episcopal: "une immense fortune, une fortune immense".

Escreveriam os planos econômicos, de antidesenvolvimento, destinados a reconciliar a ortodoxia que se haviam oferecido para desmontar com as anomalias do Brasil. Seriam celebrados como figuras geniais, eles que foram sepultado vivos. Tal é o colonialismo mental, trocado na dura moeda de sua realidade humana.

Organização deste livro

Este livro reúne textos que propõem rumo para o Brasil. Quase todos foram escritos entre 1998 e 2016. A maior parte foi concebida e publicada como artigo para compor coluna semanal que mantive no jornal *Folha de S.Paulo*, de 1998 a 2007. Deixei de escrever a coluna quando assumi, como seu primeiro ocupante, a pasta ministerial de Ações de Longo Prazo, depois designada Assuntos Estratégicos, no Governo Lula. Escrevi outros textos durante os dois anos em que ocupei aquele cargo e depois que o deixei, em junho de 2009, embora não mais como colunista da *Folha de S. Paulo*. De janeiro a agosto de 2015, voltei a ocupar o mesmo cargo no governo Dilma Rousseff. Em todo este período, até agora, junho de 2018, continuei a escrever no mesmo propósito.

Reunidos e organizados, estes textos propõem interpretação do Brasil a serviço de proposta para mudá-lo. Pensei e escrevi cada um como fragmento de visão ao mesmo tempo interpretativa e programática. O assunto nunca foi um acontecimento da época em que o texto foi escrito, ainda que eu tenha aproveitado acontecimentos da época como provoca-